

**TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA REPORTAGEM ESPECIAL DO “FANTÁSTICO”: AS UNIDADES PRISIONAIS MASCULINAS NÃO SÃO O “SHOW DA VIDA”**

**MARCOS VINICIUS DALAGOSTINI BIDARTE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

**LUCAS GABRIEL SILVEIRA DO CANTO**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (UNIPAMPA)

**MARIA BEATRIZ RODRIGUES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

# TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA REPORTAGEM ESPECIAL DO “FANTÁSTICO”: AS UNIDADES PRISIONAIS MASCULINAS NÃO SÃO O “SHOW DA VIDA”

## 1. INTRODUÇÃO

Em março de 2020, o programa dominical “Fantástico”, da Rede Globo, exibiu uma reportagem especial com o médico Drauzio Varella, sobre travestis e mulheres trans que estão há anos em unidades prisionais masculinas do Brasil. A maneira como Drauzio conduziu as entrevistas gerou muita empatia no público brasileiro, mas também muitas críticas, principalmente nas redes sociais. Não são comuns reportagens sobre a vida que travestis e mulheres trans levam nas prisões brasileiras, menos comum ainda exibi-las em um dos programas mais antigos da Rede Globo. Isso nos leva a pensar o quanto a sociedade brasileira assenta-se numa estrutura heteronormativa e, portanto, problemas graves como o machismo e a transfobia ainda não foram erradicados em nossa sociedade.

Constituindo uma população excluída do convívio social, as travestis e mulheres trans retratadas na reportagem especial encontram-se confinadas em unidades prisionais masculinas, enfrentando desafios diários. Diante disso, questionamentos surgem, como: Quem são elas? O que elas têm a dizer? Como levam suas vidas dentro das unidades prisionais masculinas? Como enfrentam o preconceito, o abandono, a violência e a solidão? O que esperam do futuro, após o cumprimento da pena?

Este estudo propõe-se a lançar um olhar sobre as pessoas travestis e mulheres trans confinadas em unidades prisionais masculinas, analisando a reportagem exibida pelo Fantástico, a fim de discutir como elas enfrentam o preconceito, o abandono, a violência e a solidão. Para além disso, este estudo dialoga com a interseccionalidade (CRENSHAW, 1989, 1991), abordando marcadores sociais de diferença a partir de uma operação de soma de exclusões, e pontos de inflexão (RIESSMAN, 2002; HUGHES, 2005), os quais marcam o surgimento de uma nova fase na história e na trajetória dos indivíduos. A reportagem possui conexão com as temáticas de sexualidade, mercado de trabalho e população de travestis e trans, que são pautas importantes que precisam ser discutidas pela sociedade brasileira.

Este artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção apresenta-se o referencial teórico, buscando tecer considerações acerca do contexto em que o estudo está inserido. Na terceira seção discute-se a metodologia utilizada. Na quarta seção apresenta-se a análise e discussão dos dados coletados. Realiza-se comentários iniciais, contextualizando no tempo a reportagem especial e suas repercussões, e, após, apresenta-se as protagonistas da reportagem especial, buscando elementos para responder aos questionamentos levantados. Por fim, na quinta seção, realiza-se comentários finais, buscando fios condutores e conectores das histórias das protagonistas da reportagem especial.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil, ser quem é, expressar identidade de gênero e sexualidade publicamente possui um preço elevado: a vida. É o país do mundo mais perigoso para ser LGBTQ+. Pessoas LGBTQ+ continuam sendo espancadas, agredidas e mortas à luz do dia, como confirmam as trágicas estatísticas. O risco de uma pessoa trans ser assassinada é 14 vezes maior do que o de uma pessoa gay. Para a população de pessoas trans, os números são assustadores: aproximadamente 118 assassinatos por ano – em média, um assassinato a cada 32 horas; e média de 11 agressões por dia, somente no ano de 2019 (ANTRA, 2020). Isso assegura ao Brasil o posto de maior estado genocida, liderando o ranking global dos assassinatos de pessoas trans desde 2008. A realidade, no entanto, pode ser ainda pior, pois há ausência de dados oficiais, sendo elevado o índice de subnotificação das mortes de travestis e transexuais<sup>1</sup>. Mais

da metade dos homicídios registrados no mundo contra pessoas trans ocorreram no Brasil – superior a 800 casos, segundo os dados da rede Transgender Europe (2016).

Os homicídios contra pessoas travestis e trans se dão de diversas formas e contextos no Brasil. Em 2019, o estado de São Paulo foi o que mais matou a população trans, totalizando 21 assassinatos – aumento de 50% dos casos em relação ao ano anterior; e a região sudeste foi a que apresentou aumento de 10,8% no número de assassinatos de pessoas trans – de 28 para 30. Qual o perfil das vítimas? Os dados para o ano de 2019 revelam que 59,2% tinha entre 15 e 29 anos; 67% estava na prostituição; 82% eram pretas ou pardas; 97,7% eram mulheres transexuais. Desses homicídios, 43% foram cometidos por armas de fogo; 28% por arma branca; e 15% por espancamento, asfixia e/ou estrangulamento. Em 80% dos casos de homicídio há requintes de crueldade, como o uso excessivo e brutal de violência e a associação de mais de um método; e, em 52% deles foram por espancamento, associados a outros métodos cruzados, como tiros, afogamento, tortura, violência sexual. Dos casos de homicídio, apenas 8% tiveram os suspeitos identificados e 64% aconteceram nas ruas, revelando que os assassinos não costumam ter relação direta, social ou afetiva, com as vítimas (ANTRA, 2020). Esses casos de homicídio apontam para a discussão inseparável entre racismo e transfobia. Quais políticas públicas são adotadas para proteger a vida da população transexual e negra? E quais para combater à violência sexual e de gênero? Por isso é fundamental o olhar interseccional (CRENSHAW, 1989, 1991), sobre a população de pessoas travestis e trans.

Em nossa sociedade, há uma matriz heterossexual, enquanto modelo discursivo hegemônico, que atua de forma compulsória, exigindo coerência entre sexo e gênero, ditando identidades e distinguindo existências “normal” e “anormal”. Deste modo, impõem-se a heterossexualidade como norma e o masculino com atribuição de superioridade. A heterossexualidade como força poderosa acaba considerando as demais formas de sexualidades como anormais, desviantes e inferiores (BUTLER, 2003; RICH, 1980; SEDGWICK, 2007). Assim, as pessoas travestis e trans são excluídas, abandonadas, marginalizadas, vistas como anormais, porque expressam suas identidades de gênero fora dos padrões hetero-cis-normativos, subvertendo a ordem estabelecida, chacoalhando a coerência compulsória, cruzando as fronteiras do sexo e do gênero.

Travestis e trans constituem um grupo em situação de vulnerabilidade social, sendo alvo de inúmeras violações de direitos humanos em muitos países. No Brasil, a maior parte dessa população vive em condições de miséria e exclusão familiar e social, não tendo acesso à saúde, educação, mercado de trabalho, qualificação profissional, políticas públicas, entre outras (ANTRA, 2020). Na saúde, por exemplo, elas enfrentam inúmeros desafios no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), como patologização da transexualidade, acolhimento inadequado, ausência de qualificação dos profissionais e da garantia de serviços específicos, como o processo transexualizador (ROCON et al., 2016; MONTEIRO; BRIGEIRO, 2019).

No mercado de trabalho, uma das grandes dificuldades enfrentadas por elas é a contratação e, conseqüentemente, o crescimento profissional e a carreira. O ambiente heterossexualista promove o clima organizacional hostil às pessoas LGBTQ+. Estudos demonstram que práticas discriminatórias formais/diretas (como pedidos de emprego, entrevistas, promoções, avaliação de desempenho e rescisão do contrato de trabalho), ou informais/indiretas (como, piadas maliciosas, desrespeitos, exclusão, assédio, ações ou gestos hostis, olhares) contra pessoas LGBTQ+ são evidentes e comuns nas organizações (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014; PIZZI; PEREIRA; RODRIGUES, 2018). Embora seja mais sutil, a discriminação informal pode ter um efeito tão grande sobre o indivíduo quanto a discriminação formal. Estudos mostram a discriminação organizacional ocorrendo contra travestis e trans em várias partes do mundo, como no Canadá (WAITE, 2020), Colômbia (POSSO; LA FURCIA, 2016), Espanha (DEVÍS- DEVÍS et al., 2017), Estados Unidos (DISPENZA et al., 2012; LOMBARDI et al., 2001), Guatemala (MILLER et al., 2019), Itália (BOTTI; D’IPPOLITI, 2017), Reino

Unido (BEAUREGARDA et al., 2016), Suíça (LINANDER et al., 2019), para citar algumas. Entretanto, há organizações desenvolvendo políticas e práticas de diversidade, que buscam recrutar pessoas LGBT+. No entanto, essas políticas e práticas ainda não se efetivaram em plenitude (CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014). De fato, a literatura científica sobre travestis e trans nas organizações é limitada em todo o mundo (BELL et al., 2011; McFADDEN, 2015).

A transfobia, um dos principais obstáculos às pessoas trans, inicia-se no ambiente familiar, a partir do momento em que as pessoas assumem a sua condição, em que saem do “armário”<sup>ii</sup>, para tornarem-se vítimas de violência física, psicológica, podendo inclusive serem expulsas de seus lares. Deste modo, rompe-se o vínculo familiar e também os escolares. Travestis e trans são expulsas de casa em média aos 13 anos. E isso ajuda a explicar o porquê da expectativa de vida de pessoas trans ser tão baixa: apenas 35 anos (ANTUNES, 2013), enquanto a da população cisgênera é de 75 anos (IBGE, 2013). Estima-se que cerca de 0,02% das travestis e trans estejam na universidade, 72% não possui o ensino médio e 56% o ensino fundamental, segundo dados do Projeto Além do Arco-íris/AfroReggae disponibilizados pela Antra (2020). Entretanto, o mais preocupante é que 90% delas encontram-se na prostituição, utilizando-a como principal fonte de renda. É nas ruas, é na prostituição, que muitas das pessoas travestis e trans buscam o mínimo para (sobre)viver. Viver da prostituição, nas ruas, é expor-se ainda mais a situação de vulnerabilidade, deparando-se com violências físicas, psicológicas e simbólicas, às quais podem resultar em mortes. Além disso, o abuso de drogas é consequência do convívio diário com fatores estressante, como a violência, a fome, a prostituição, a ausência de oportunidades de emprego, de acesso à moradia e à saúde. Elas buscam nas substâncias tóxicas o alívio para todos esses fatores de risco. Entretanto, é um caminho que acaba levando muitas delas à prisão (ANTRA, 2020). A prisão é um exemplo de instituição total (GOFFMAN, 1974), ou ainda de instituição disciplinar (FOUCAULT, 1996), destinada a proteger a sociedade de indivíduos rotulados como intencionalmente ameaçadores<sup>iii</sup>.

Uma estatística geral do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sobre as presidiárias trans mostrou que 38,5% estão presas por roubo, 34,6% por tráfico, 15,4% por furto, 7,7% por homicídio e 3,8% por tráfico. A Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD) estabelece o encaminhamento de homens e mulheres transexuais para as unidades prisionais femininas, garantindo tratamento isonômico com as demais mulheres que se encontram em privação de liberdade. As pessoas travestis e transexuais têm o direito de serem tratadas pelo nome social, sendo permitido o uso de roupas íntimas femininas ou masculinas, bem como a manutenção de cabelos e outros caracteres secundários, de acordo com sua identidade de gênero (BRASIL, 2014). No país já existem pavilhões exclusivos para essas populações, os quais constituem-se como espaços com menor precariedade no contexto prisional (PASSOS, 2020).

### 3. METODOLOGIA

O *corpus* deste estudo é constituído pela utilização e análise de textos, imagens e vídeos (LOIZOS, 2002). O principal material visual utilizado é a reportagem especial sobre as presidiárias travestis e trans, exibida pelo programa dominical “Fantástico”, da Rede Globo, no dia 01 de março de 2020 (FANTÁSTICO, 2020a). Utilizou-se a reportagem especial para extrair textos, ou seja, a conversão de conteúdos gravados em áudio em textos escritos, e também para extrair imagens representativas, a partir de capturas de tela.

A reportagem tem 13 minutos e 38 segundos de duração, e retrata a história de quatro protagonistas: Thaís Pereira de Lima, Susy de Oliveira Santos, Xana, e Lolla Ferreira Lima (FANTÁSTICO, 2020a). Outros documentos foram analisados, como reportagens jornalísticas e notas de esclarecimento; e também materiais visuais complementares, como vídeos contendo

as notas de esclarecimento publicadas pelo Fantástico (FANTÁSTICO, 2020b, 2020c) e por Drauzio Varella (VARELLA, 2020) posteriores à reportagem.

Considerando o objetivo e o corpus deste estudo adotou-se uma abordagem qualitativa, com foco nas análises interpretativa (BAUER; GASKELL, 2002) e interseccional (CRENSHAW, 1989, 1991), ao pinçar marcadores sociais de diferença. Os estratos de histórias de vida aqui discutidas revelam a expressão de identidades, os preconceitos e discriminações sofridas, portanto, favorecem a discussão sobre privilégios e desigualdades sociais baseadas em gênero e orientação sexual. A expressão dessas identidades oscila entre um mundo circunscrito, artificial do cárcere, que de alguma forma favorece a vivência aberta dos modos de ser e de viver, e por outro, demonstra o sofrimento infringido pela discriminação da sociedade envolvente, com suas impossibilidades de inclusão e seus ditames sobre quem pode ou não ser aceito.

#### **4. COMENTÁRIOS INICIAIS: CONTEXTUALIZANDO NO TEMPO A REPORTAGEM ESPECIAL E SUAS REPERCUSSÕES**

No dia 01 de março de 2020 o programa dominical “Fantástico”, da Rede Globo, exibiu uma reportagem especial com o médico Drauzio Varella sobre as travestis e mulheres trans que cumprem suas penas, em meio a presos homens. A reportagem especial foi realizada em quatro penitenciárias brasileiras<sup>iv</sup>, e além de mostrar a vida que travestis e mulheres trans levam nessas penitenciárias, também tangenciou aspectos relacionados ao preconceito, ao abandono, ao trabalho, à violência e à solidão (FANTÁSTICO, 2020a).

Após sua exibição em rede nacional, a reportagem especial gerou muita empatia no público brasileiro, mas também gerou muitas críticas, principalmente nas redes sociais. Havia duas razões para isso. A principal delas foi por não mencionar os crimes que as presidiárias travestis e trans entrevistadas haviam cometido – com exceção de apenas uma delas – porque este não era o objetivo. E a segunda razão foi pelo abraço dado por Drauzio em uma das entrevistadas. Essa demonstração de afeto foi uma das situações mais comentadas pelo público. O nome de Drauzio foi mencionado diversas vezes na rede social *Twitter*, atingindo o topo dos *Trending Topics*, isto é, os assuntos mais comentados no Brasil.

Em meio a tantos comentários, três dias depois, em 04 de março, Drauzio Varella decidiu manifestar-se. Ele gravou um vídeo no cenário do programa Fantástico comentando sobre a grande repercussão nacional da reportagem especial, sobretudo em referência à presidiária Susy, e explicando a escolha de suas protagonistas (FANTÁSTICO, 2020b). No entanto, os comentários, sobretudo negativos, não cessaram, inclusive cresceram.

No domingo, 08 de março, supostos documentos judiciais circularam na internet revelando o crime cometido por uma das presidiárias entrevistadas, o que alterou a receptividade de grande parte do público com o caso apresentado. O julgamento no tribunal da internet começou para ela e Drauzio Varella. Rapidamente, Drauzio recebeu uma série de críticas em suas redes sociais que questionavam se ele sabia do crime cometido pela detenta quando decidiu retratar a história dela. Sobre as críticas, Drauzio divulgou, no mesmo dia, uma nota em sua conta oficial no Instagram, a qual recebeu milhares de curtidas, na qual afirma que seu dever como médico se sobressai a quaisquer outros julgamentos, como pode ser lido na íntegra a seguir:

*“Há mais de trinta anos, frequento presídios, onde trato da saúde de detentos e detentas. Em todos os lugares em que pratico a Medicina, seja no meu consultório ou nas penitenciárias, não pergunto sobre o que meus pacientes possam ter feito de errado. Sigo essa conduta para que meu julgamento pessoal não me impeça de cumprir o juramento que fiz ao me tornar médico. No meu trabalho na televisão, sigo os mesmos princípios. No caso da reportagem veiculada pelo Fantástico na semana passada (1/3), não*

*perguntei nada a respeito dos delitos cometidos pelas entrevistadas. Sou médico, não juiz.” (VARELLA, 2020a, grifo nosso).*

Ciente da situação, o programa Fantástico divulgou uma nota sobre a reportagem especial, esclarecendo o seu objetivo. Os apresentadores âncoras do programa reproduziram a nota de Drauzio Varella, dizendo que o Fantástico a apoia integralmente (FANTÁSTICO, 2020c). E, no dia 10 de março, um vídeo foi publicado no canal YouTube de Drauzio Varella (VARELLA, 2020b). Nele, o médico conversa diretamente com as pessoas que o acompanham, comentando novamente a repercussão de sua participação na reportagem. Encerra o vídeo afirmando que nunca foi e nunca será candidato político, já que muitas das críticas contra ele devem-se ao medo de lançar-se como candidato à presidente do Brasil. O vídeo ultrapassou 2 milhões de visualizações, com mais de 153 mil curtidas e 32 mil comentários.

A reportagem especial inicia com Drauzio indo ao encontro das presidiárias travestis e trans no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros II, em São Paulo. Suas primeiras falas mencionam seu trabalho como médico voluntário em penitenciárias brasileiras ao longo de três décadas e os primeiros atendimentos realizados às detentas transexuais. Seus anos de experiência e as histórias dos/as detentos/as, dos/as funcionários/as e das próprias penitenciárias estão retratadas em uma trilogia de livros, sob os títulos de “Estação Carandiru” (1999), “Carcereiros” (2012) e “Prisioneiras” (2017). Na reportagem especial Drauzio relembrou, inclusive, a época que realizava atendimentos na Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru – o maior presídio da América Latina, até a rebelião e chacina de 111 detentos por parte da polícia militar no Pavilhão 9, que ocorreu em outubro de 1992.

Os comentários iniciais de Drauzio preparam o terreno para apresentar as protagonistas da reportagem especial. Quem são elas? O que elas têm a dizer? Como é a vida que levam nas penitenciárias? Como enfrentam o preconceito, o abandono, a violência e a solidão? As apresentamos a seguir.

#### **4.1 Thaís Pereira de Lima**

Thaís Pereira de Lima é travesti, tem 29 anos de idade e está presa na penitenciária de Igarassu, na Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. Antes de ser entrevistada por Drauzio, há registros de Thaís maquiando-se em frente ao espelho, escutando música, enquanto conversa com outras detentas (Figura 1a e 1b). Na cela em que está é possível observar maquiagens, enfeites, televisão e ventilador. Na entrevista, Thaís aparece maquiada, de unhas pintadas, usando camisa amarela, calça jeans e um conjunto de acessórios, como brincos, colar, pulseira e anéis, possui algumas tatuagens nos braços. Tem pele negra, é magra, seus cabelos são lisos e longos, estão soltos no penteado com topete (Figura 1c).

Thaís conta que na adolescência, quando tinha 15 anos de idade, precisou sair de casa para “*tentar a vida lá fora*”, explicando que isso significou prostituir-se. Nas ruas, buscando oportunidades para (sobre)viver, Thaís foi marcada por experiências negativas, diversos obstáculos, ou “*monstros*” em sua vida. A prostituição restou como a última saída, para que não passasse fome ou qualquer outra necessidade básica. A partir daí, outras atitudes de risco e ilícitas surgiram como consequências, que é o caso do (ab)uso de substâncias tóxicas e o tráfico – este último como uma forma de obtenção de renda. Assim, a prisão foi decorrente dessas ações. Observando sua fala, seu jeito tranquilo de se expressar, percebe-se uma mensagem forte: “*A fome, a droga, tudo isso me levou a uma coisa só: cadeia (alguns segundos de silêncio). A prisão (com expressões tristes)*”, diz Thaís.

Em cenas da reportagem especial, Thaís encontra-se em um culto religioso na penitenciária. Essa assistência religiosa é prevista em lei (Art. 24 da Lei n. 7.210/1984), havendo local apropriado para os cultos religiosos, bem como a posse de livros de instrução religiosa. Ainda, é possível observar algumas pessoas vestindo uma camiseta branca, com o

desenho de um coração pintado com as cores do arco-íris – representando a bandeira do movimento LGBTQ+, e uma mensagem escrita (Figura 1d).

Em outro trecho da reportagem, Drauzio comenta sobre a penitenciária de Igarassu, pioneira na criação de um pavilhão exclusivo para a população LGBTQ+ no regime fechado, implementado em 2015. Nele há um tratamento humanizado às travestis e mulheres trans ali confinadas, as quais podem usar as roupas de sua preferência e podem circular por toda a penitenciária. De acordo com a Administração da Penitenciária, o pavilhão conta com mais de 20 travestis e mulheres trans.

Thaís afirma que sentiu-se mais acolhida e mais respeitada dentro de um instituição penitenciária do que nas ruas. Aqui percebemos o quanto a transfobia é feroz e agressiva na sociedade. Thaís está encarcerada por um crime, mas o maior encarceramento que sofre é o social. Podemos observar que Thaís necessita o tempo todo de autoafirmação enquanto mulher, personificar e expressar de forma visual quem é, por meio das roupas, da maquiagem, dos cabelos longos, dos acessórios. Para ela, não basta dizer “sou mulher”, mas precisa que as pessoas ao redor a vejam como tal.

Segurando a bandeira do movimento e orgulho transgênero, Thaís abraça Drauzio. A bandeira é o símbolo visual representativo da população trans. É um orgulho para Thaís segurá-la e mostrá-la (Figura 1e). Ao final do encontro, Thaís e outras detentas dão um abraço coletivo em Drauzio, como uma forma de demonstrar, afeto, carinho, amor. Esse abraço coletivo demonstra também respeito, cuidado e proteção.

**Figura 1 – Thaís Pereira de Lima**



Fonte: Reportagem Especial Fantástico (2020a)

Nota: Imagens organizadas pelos autores

Finalizando a entrevista, Thaís conta que teve a oportunidade de trabalhar na penitenciária, algo que buscou e que lhe foi negado pela sociedade por ser quem é. Em suas palavras: “*Quando cheguei aqui, no presídio de Igarassu, totalmente mudou a minha vida. E por qual motivo? A oportunidade de muitas coisas que até mesmo lá fora eu não tive*”. Após, Drauzio solicita um exemplo e Thaís responde: “*Trabalho*”. Ela menciona a dificuldade de inserção no mercado de trabalho em ocupações visíveis e de interação com o público, dizendo que: “*É raro de você ver uma trans trabalhando num shopping, num fórum*”.

Sobre o seu trabalho na penitenciária, Thaís explica: “*Dou aula, três vezes na semana, de pastelaria. Tenho uns oitenta alunos*”. A entrevista mostra Thaís arrumando-se para trabalhar, para ministrar a sua aula. Suas roupas de trabalho – uniforme e sapato – estão dentro de um balde, debaixo de sua cama. Na aula, ela ensina seus alunos a fazer bolo de laranja (Figura 1f). Ao final da aula, aplausos. E sob os aplausos encerra-se a história de Thaís na reportagem.

A sociedade não quer que Thaís cometa outros crimes, mas também não oferece oportunidades de emprego para que ela possa viver com dignidade. Ela precisou ir presa para ter uma oportunidade de trabalho, além do “lugar” imaginário da mulher trans na rua, na prostituição. Parece ser menos chocante ver uma mulher trans se prostituindo, ou na criminalidade, do que em espaços de educação, em empregos dignos e formais. Viver em uma penitenciária é assustador, porém Thaís encontrou lá o que não tinha nas ruas: algum respeito, o direito de ser quem é, uma oportunidade de trabalho. Seria essa a “salvação”?

#### 4.2 Susy de Oliveira Santos

Susy de Oliveira Santos é travesti, tem 30 anos de idade e está presa no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros II, em São Paulo. Susy apresenta-se levemente maquiada, usando óculos de grau vermelho, camiseta branca, calça bege e chinelos rosa. Possui aparência magra e pele negra, seus cabelos são cacheados, na altura dos ombros e estão amarrados no penteado rabo de cavalo (Imagem 2a).

Susy comenta sobre a dura rotina na penitenciária (Figura 2b). Conta que vive sozinha, desde que o seu marido foi transferido de unidade prisional. Revela ainda que já teve tuberculose e que é soropositiva. Em sua percepção, ao revelar que possui problemas de saúde o preconceito dentro da unidade prisional aumenta. Questionada por Drauzio se possui acesso ao tratamento e aos medicamentos, Susy responde afirmativamente (Figura 2c). A assistência à saúde do indivíduo preso está prevista em lei (Art. 14 da Lei n. 7.210/1984), sendo de caráter preventivo e curativo, compreendendo atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

É obrigação do Estado dar assistência ao indivíduo preso (Art. 10 da Lei n. 7.210/1984), sendo a material uma delas (Art. 12 da Lei n. 7.210/1984). Entretanto, não é o que acontece. Geralmente, a família do indivíduo preso arca com os custos de seus itens de higiene pessoal, os quais são entregues durante as visitas (Passos, 2020). Susy encontra-se sozinha. Quem levará para ela itens de higiene pessoal? Estaria ela na dependência de doações de outros/as presos/as? Susy encontra dificuldade em ter acesso a esses itens básicos para viver com alguma dignidade atrás das grades. Para ela, não restou outra saída: prostituir-se. *“Na cadeia você é obrigada a se prostituir por uma pasta de dente, um sabonete, um prato de comida”*. Drauzio questiona: *“Existe alguma forma da travesti não se prostituir quando chega na cadeia?”*. Susy responde: *“No início não porque no início nós não tem oportunidade. O preconceito é muito grande”*. Susy acabou buscando na prostituição uma via de sobrevivência, de pequena melhora na condição de sua vida. Isso é muito sério, humilhante, degradante.

Após quatro anos presa, Susy começou a trabalhar em uma empresa dentro da penitenciária, como operária na produção de componentes de borracha (Figura 2d), recebendo, mensalmente, o equivalente a 75% de um salário mínimo. Drauzio questiona sobre seu trabalho e Susy explica: *“Coloco na forma, prensos a borracha e sai uma placa pra vedação de cano”*, e ainda menciona que: *“Graças a esse emprego eu não vou sair como cheguei, sem uma forma de poder caminhar”*. É na empresa que acontece a entrevista de Susy. Não há registros de sua cela.

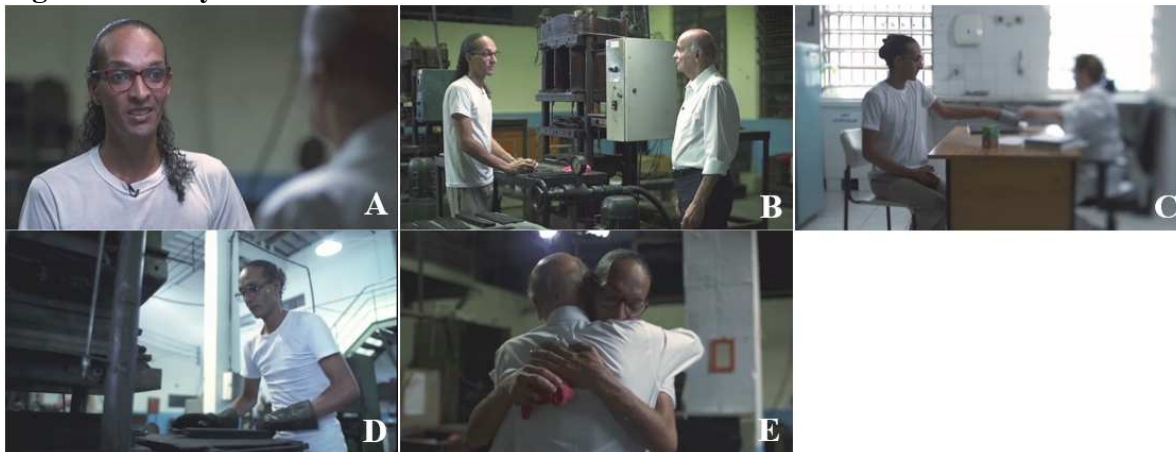
Uma das cenas que comoveu o público brasileiro e também uma das mais comentadas da reportagem foi quando Drauzio pergunta: *“Há quanto tempo você está sem receber nenhuma visita na cadeia?”*. *“Oito anos, sete anos...”*, responde Susy, triste, com voz trêmula e olhos marejados. Passados alguns segundos de silêncio, Drauzio diz: *“Solidão, né, minha filha.”*, e Susy complementa: *“Bastante (balançando a cabeça positivamente). Bastante.”*. Comovido após a fala de Susy, Drauzio abraça-a carinhosamente (Figura 2e).

Sobre esse momento específico da reportagem especial procure ver o coração solitário, a dor velada de Susy. Evite fazer julgamentos. Ouça atentamente a terceira repetição da palavra “bastante” que ela diz ao final da entrevista. Reflita, lembrando que ela está há oito anos sem receber visitas de parentes ou amigos no sistema penitenciário paulista. O gesto simples de



Drauzio tornou-se simbólico contra a desumanização e o preconceito que a população trans tanto sofre na sociedade brasileira. Ele foi elogiado nas redes sociais pelo gesto, por sua empatia e sensibilidade, sendo considerado “um homem à frente do seu tempo”.

**Figura 2 – Susy de Oliveira Santos**



Fonte: Reportagem Especial Fantástico (2020a)

Nota: Imagens organizadas pelos autores

Com a repercussão da reportagem especial, diversas pessoas se mobilizaram nas redes sociais para enviar cartas de apoio à Susy, que atenuassem sua solidão. Em 02 de março, atendendo a inúmeros pedidos, a Secretaria da Administração Penitenciária divulgou o endereço de Susy, em sua conta na rede social Twitter (SAP/SP, 2020). De acordo com essa Secretaria, até 06 de março, Susy recebeu 234 cartas, 16 livros, duas bíblias, maquiagens, chocolates, canetas, e envelopes – alguns deles contendo várias cartas de grupos religiosos. Essas correspondências foram enviadas de vários estados brasileiros.

No entanto, em 08 de março, supostos documentos judiciais sobre o processo penal circularam na internet revelando o crime cometido por Susy. A repercussão nacional foi instantânea, com diversas reações, polêmicas e revoltas. Houve um comportamento de manada, principalmente, na internet: de uma onda de amor e comoção a uma onda de ódio. As manifestações emotivas do público oscilaram. Susy foi questionada, atacada, hostilizada. Diversos políticos brasileiros, incluindo o Presidente da República, utilizaram suas contas oficiais nas redes sociais para manifestarem descontentamento, repúdio e indignação, defendendo a prisão perpétua, e divulgando campanha de boicote à emissora. Como reflexo, milhares de pessoas mostraram-se a favor da postura dos políticos, proferindo mais ataques à Susy e Drauzio. A maneira como a transfobia foi defendida por uma parcela da sociedade, levada pela opinião conservadora desses políticos, foi assustadora.

Houve diversas reações, polêmicas e revoltas na internet. Em 09 de março, Susy escreveu uma carta de próprio punho, como pode ser lida na íntegra a seguir:

*Eu Suzi Oliveira, “Rafael Tadeu”, venho dizer que nas entrevistas ao jornal Fantástico não me foi perguntado nada referente ao B.O. (Boletim de Ocorrência) Eu sei que eu errei e muito. (Em) nenhum momento tentei passar como inocente e desde aquele dia me arrependi verdadeiramente e hoje eu estou aqui pagando por tudo que eu cometi... Errei sim e estou pagando cada dia – cada hora e cada minuto aqui neste lugar... Antes não tive essa oportunidade, agora eu estou tendo, apenas que pedir perdão pelo meu erro no passado...*

À pedido de Susy, o documento foi divulgado por sua advogada, em sua conta profissional na rede social Instagram. A carta contabiliza mais de 8 mil curtidas e mais de 1 mil

comentários (CASTRO, 2020). No caso de Susy, a sociedade resiste em desvincular a pessoa e o crime por ela cometido. Susy será sempre um indivíduo sob suspeita, nunca será vista com outros olhos, está estigmatizada como criminosa. Isso é perturbador para o presente e futuro de Susy. Ela está encarcerada, pagando pelo seu crime, em um país onde a lei apresenta-se mais branda para brancos, cisgêneros e ricos, e mais severa para negros, transgêneros e pobres. A sentença penal e o “perdão” social ao indivíduo criminoso é seletivo e desigual. Com frequência, a sociedade reproduz exclusão àquele que já foi excluído (FOUCAULT, 1996).

### 4.3 Lolla Ferreira Lima

Lolla Ferreira Lima é transexual, tem 35 anos de idade e está presa na penitenciária José Parada Neto, em Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo (Figura 3a). Antes de ser entrevistada por Drauzio, há registros de Lolla manuseando produtos cosméticos com outras detentas durante um curso profissionalizante de maquiagem, prestando atenção à explicação da professora voluntária, e maquiando um colega de curso enquanto concede a entrevista (Figura 3b). Previsto em lei (Art. 19 da Lei n. 7.210/1984), o curso profissionalizante que Lolla está fazendo pode representar um novo (re)começo de vida. Em suas palavras: “*Eu tô fazendo esse curso porque ele tá me proporcionando um novo recomeço de vida, né. Eu espero que quando eu sair daqui, que não tá muito longe, eu faça valer à pena cada dia de aula que eu tive aqui com a Ju (professora voluntária)*”.

Na entrevista, Lolla aparece maquiada, usando camisa branca e calça bege, é magra e tem pele branca. Seus cabelos curtos estão penteados no corte *undercut* (Figura 3c). Na cela, lendo uma apostila com as pernas cruzadas, é possível observar algumas tatuagens em seu pé direito, além das que possui em ambos os braços. Há poucos objetos visíveis na cela, onde se observa alguns cosméticos e possíveis materiais de seu curso profissionalizante de maquiagem.

Lolla menciona o preconceito sofrido e a não aceitação de sua sexualidade por sua família. Cita, por exemplo, seu pai, que não a aceita com o nome feminino. Ela busca adequar-se ao sexo biológico, tentando corresponder às expectativas familiares, para não enfrentar mais conflitos e não dar mais “desgosto” aos seus pais. Drauzio comenta sobre a possibilidade de mudar o nome e gênero e a questiona sobre seu interesse. Lolla responde: “*Me interessa, claro que me interessa. Vou me sentir mais feliz, né (com sorriso no rosto). Eu tenho interesse em colocar prótese, todas essas coisas, mas quando minha mãe morrer, meu pai, aí eu faço tudo isso*”.

Para modificar seu corpo, na busca pela feminilidade, Lolla conta que recorreu ao uso de hormônios femininos e que observou crescimento dos seios. O uso desses medicamentos foi interrompido quando foi encarcerada, já que não são oferecidos dentro da penitenciária. De acordo com a Resolução Conjunta (BRASIL, 2014), é garantido acesso ao tratamento hormonal e ao acompanhamento de saúde à pessoa travesti, à mulher ou ao homem transexual em privação de liberdade. Lolla demonstrou interesse nesse acesso, entretanto, lhe foi negado o direito de adequar seu corpo ao gênero com que se identifica. Sobre seu corpo e sua sexualidade, Lolla comenta: “*O corpo, assim, em si, parece de homem, né, mas o meu espírito, a minha alma, eu acho que é de mulher, né, me sinto mulher*”. Em uma das cenas é possível ver Lolla lavando uma calcinha na cor vermelha e, após, estendendo-a no varal, ao sol para enxugar. Essa roupa íntima, tipicamente feminina, é bastante simbólica para Lolla, que ao contrário de vergonha de usar calcinha, sente orgulho de assumir a sua identidade, de afirmar ser mulher.

Após apresentação dos crimes mais comuns cometidos pelas mulheres trans brasileiras, Drauzio revelou o motivo pelo qual Lolla está presa: roubo. Acredita-se que tal informação tenha sido revelada apenas como ponto de contextualização, pois de todas as entrevistadas, Lolla foi a única que teve o motivo de sua prisão revelado ao público.

A reportagem especial registra o momento em que Lolla recebe o documento que concede o cumprimento da sua pena em regime aberto. Conversando com a funcionária da

Administração Penitenciária, ela demonstra surpresa e felicidade (Figura 3d). No entanto, é possível notar que Lolla não está completamente feliz, como alguém que irá recuperar a “liberdade”. Ela mantém-se na defensiva, apresentando uma felicidade contida, tímida, com sinais de preocupação. Seria pelo medo de viver novamente em sociedade? Seria pelo medo, pelo preconceito, que a sociedade oferece às mulheres trans? Estaria livre da penitenciária, mas continuaria presa pela sociedade. Questionada por essa funcionária, Lolla responde que gostaria que sua irmã fosse avisada sobre a data de sua soltura (Figura 3d).

Em outra imagem, o portão abre-se e Lolla sai da penitenciária. Lá fora um novo (re)começo em sua vida, uma nova fase. Sem maquiagem, usando camiseta branca, bermuda colorida, tênis vermelho, e carregando nas mãos papéis e uma sacola, Lolla vai ao encontro de sua irmã, que está a sua espera (Figura 3e). Abraçam-se e beijam-se. Seguem juntas para casa.

Já na casa de seu pai, Lolla aparece limpando e organizando a nova morada temporária. Seu pai não apareceu na reportagem. Reinserida ao convívio social, ela conta que não sente-se à vontade para ser quem é, para expressar-se como gostaria, para assumir sua identidade. Em suas palavras: *“Eu vim pra cá, né. Meu objetivo é ficar aqui, né, na casa do meu pai por um tempo. Agora eu sei que tô no meio da sociedade. Lá eu tinha, vamos dizer assim, uma certa liberdade”*. Estaria Lolla voltando, forçada pela sociedade, para “o armário”? Como lida entre ficar ou voltar para o armário nesse momento específico de sua vida? Nesse processo de “adequar-se”, “ocultar-se”, Lolla assume visual, comportamento e roupas masculinas, mais uma vez, em razão da experiência de preconceito e do medo de ser mulher trans na sociedade brasileira. Nesse contexto, a decisão dela em “ocultar-se” parece ser uma decisão razoável. Devemos nos questionar: por que Lolla não é livre para viver sua vida? Porque ela traz consigo a bagagem da transexualidade – o “fardo pesado” que a sociedade brasileira julga a cada momento. Lolla pode ser livre, estar em convívio social, desde que seja submissa aos padrões e normas sociais, impostos pela cultura machista e transfóbica que insiste em ditar o que ela é. Sair do “armário” (SEDGWICK, 2007) pode não ser um ato seguro, mas é um ato político, um ato de resistência.

**Figura 3 – Lolla Ferreira Lima**



Fonte: Reportagem Especial Fantástico (2020a)

Nota: Imagens organizadas pelos autores

Lolla tenta inserir-se no mercado de trabalho, mas encontra muitas portas fechadas. Lolla não desistiu e encontrou no empreendedorismo por necessidade uma forma de obter renda, em suas palavras: *“Você sente, tipo assim, aquelas pessoas não estão te acolhendo como deveria acolher, ou seja, não merece tá saindo (da cadeia), não merece uma oportunidade de emprego, vamos ver se ele quer trabalhar, mudar de vida, isso e aquilo. As pessoas não pensam mais assim, né. O negócio é você trabalhar pra você mesmo. Me fantasio de palhaço pra ver*

*se eu pego aí... vou vender água no farol*". Nesse processo, a pintura em seu rosto mudou. Usando uma fantasia de palhaço, Lolla está vendendo garrafas de água nos semáforos, pelas ruas da cidade (Figura 3f). Outros registros mostram Lolla, sentada, na rua, pintando-se. Após, ela aparece em meios aos carros oferecendo água aos motoristas. O último registro mostra Lolla sentada em uma cadeira, com um olhar refletindo cansaço, desânimo, tristeza.

O caso de Lolla também gerou empatia no público brasileiro. Após a exibição da reportagem especial, em 02 de março, um perfil na rede social Instagram foi criado por internautas para localizar Lolla, com o objetivo de ajudá-la – o nome da conta é @juntoscomalolla e já ultrapassou 15 mil seguidores. Apenas dois dias após o início da campanha foi divulgado que Lolla foi encontrada e que ela receberá ajuda. De fato, um belo exemplo de amor e solidariedade. E, em 19 de março, Bianca DellaFancy<sup>v</sup> convidou Lolla para o quadro “Della Make” em seu canal no YouTube. Nesse quadro, DellaFancy maquia Lolla enquanto aborda assuntos dos mais variados temas, como história de vida (infância, descoberta da sexualidade, primeiras experiências), maquiagem *drag*, dificuldade de conseguir emprego, preconceito, formas de viver nas ruas, prostituição, agressões física e verbal sofridas, uso de hormônios, religião, prisão e vida na penitenciária (DELLAFANCY, 2020). É uma entrevista descontraída, apesar de tratar de temas sensíveis. O vídeo contabiliza mais de 280.000 visualizações, de 60.000 curtidas e de 5.300 comentários.

#### 4.4 Xana

Xana é travesti, tem quase 40 anos de idade e está presa na penitenciária de Tacaimbó, no agreste do estado de Pernambuco (Figura 4a). É importante ressaltar que, para citá-la nesse estudo, foi necessária uma pesquisa, já que seu nome não é mencionado na reportagem, somente o nome de seu marido, que aparece ao seu lado, é mencionado.

Antes de Xana ser entrevistada por Drauzio, há registros de uma cela, com roupas, objetos e um vestido de noiva longo e branco pendurado na porta. Xana aparece levemente maquiada, de unhas pintadas, usando óculos de grau preto, bata branca, calça jeans, bota branca, brincos e aliança. Possui estrutura corpórea grande e pele negra. Seus cabelos crespos, na altura dos ombros, estão amarrados. Ela está acompanhada de seu marido, Robson da Silva Lima, de 30 anos de idade, também detido na mesma penitenciária (Figuras 4a, 4b, 4c).

Xana comenta sobre algumas questões pessoais. Uma delas é que seu pai, quando a visita na penitenciária, leva roupas masculinas. Xana sente-se maltratada com o gesto (repetitivo) de seu pai. Ela comenta ainda que repassa essas roupas ao seu marido. O relato de Xana revela a ausência de aceitação familiar e a tentativa de reforçar a associação do sexo biológico ao gênero. Entretanto, independentemente da dor de receber roupas masculinas, sua essência continuará sendo a mesma: mulher. Sobre isso, ela comenta: “*Você pode colocar um paletó em mim, me vestir bem menininho, eu vou me sentir mulher do mesmo jeito*”.

Xana revela ter assumido tardiamente sua identidade de gênero. Em suas palavras: “*Eu já tô com quase 40 anos, eu tô saindo da gaveta muito tarde, e sofri muito por isso*”. Viver em uma sociedade cisheteronormativa obriga travestis e transexuais a adequarem-se à norma para poderem sobreviver, e Xana mostra isso. Sua vida é marcada por longos anos de tristezas, preconceitos e violências. Entretanto, a decisão de Xana de sair da “gaveta”, ou do “armário” (SEDGWICK, 2007), marca o surgimento de uma nova fase em sua vida, possibilitando-a ser quem é, a expressar-se como gostaria, a assumir sua identidade.

Foi na penitenciária que Xana conheceu seu parceiro, Robson. Ela conta que trabalhava no setor de saúde da unidade prisional quando Robson chegou, muito doente. Xana pediu para cuidar de Robson. A partir disso, ambos começaram a ter um olhar de afeto um com o outro, até que decidiram iniciar uma relação. Xana comenta que sua primeira experiência sexual foi com Robson. Em suas palavras: “*Ele me tomou pela primeira vez. Foi minha primeira vez (risos, olhando para Robson, com expressões de alegria e rubor)*”. A partir desse momento,

Robson menciona ter realizado a seguinte promessa a Xana: “*Você vai cuidar de mim e eu cuidarei de você pro resto da minha vida, enquanto eu tiver em vida eu tomarei conta de você*”.

Enquanto Robson complementava a fala de Xana, há registros do casal em uma cela, conversando e trocando carinhos e olhares (Figura 4c). Após, o casal beija-se, em um simples tocar de lábios. É uma cena bonita, romântica, e rápida. Há uma grade desfocada entre suas bocas, e isso foi proposital, já que o beijo poderia repercutir de forma polêmica, “chocando”, “desconfortando” ou “revoltando” o público brasileiro (Figura 4d). Apesar dos espaços conquistados com resistência pela comunidade LGBT+, o beijo entre pessoas do mesmo sexo ainda se apresenta como um tabu na sociedade. O beijo entre Xana e Robson é um ato natural, que diz tanto e mostra as múltiplas formas de amor.

**Figura 4 – Xana**



Fonte: Reportagem Especial Fantástico (2020a)

Nota: Imagens organizadas pelos autores

Questionado por Drauzio, Robson menciona seu relacionamento passado e ser pai de quatro filhos. Ele conta ainda que quando foi “morar” com Xana, dividindo a mesma cela, começaram a construir um relacionamento e a viver uma vida como casal, com todos os cuidados e afetos de uma relação fora do cárcere, observando a promessa realizada um ao outro.

Após alguns anos de relacionamento, Xana e Robson decidem casar. A união civil foi celebrada em 2019, no Fórum da Comarca de Caruaru, Pernambuco. Pouco tempo depois, a união religiosa aconteceu no pátio da unidade prisional, com recepção aos familiares dos noivos (Figura 4f). É possível observar Xana segurando um buquê de rosas vermelhas e usando vestido longo e branco, véu e grinalda, e Robson, usando camisa e tênis branco e calça jeans (Figura 4e). As imagens da união foram cedidas por Gabriel Rodrigues, sendo visível a felicidade estampada no rosto dos noivos.

Tanto a união civil quanto a religiosa ressaltam a importância do respeito à dignidade e aos direitos das pessoas que cumprem pena em privação de liberdade, sendo atos que contribuem para o processo de ressocialização delas. A união de Xana e Robson, além de ser um momento único e especial em suas vidas, é também histórico, já que foi o primeiro casamento de uma detenta trans realizado na Penitenciária de Tacaimbó.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: HISTÓRIAS QUE SE CRUZAM**

A autodeclaração de identidade de gênero e cor é um exercício de autoconsciência, de autodescobrimento e condição de plenitude do indivíduo; é também garantia de autonomia (RESADORI; RIOS, 2018). Na reportagem especial não há apresentação das protagonistas. As únicas informações pessoais apresentadas são nome social e idade. O que sabemos sobre de seus outros marcadores sociais da diferença, como identidade de gênero e cor? As protagonistas

têm o direito de escolher a forma como desejam ser chamadas, são elas que fornecem espontaneamente as informações sobre si mesmas. Dessa forma, não foi possível identificar outros marcadores sociais de diferenças que não foram referidos pelas próprias protagonistas. Considerando a pluralidade sexual e as possibilidades de identidades de gênero, recorreu-se a entendimentos teóricos para analisar e classificar as protagonistas como travesti, transexual ou transgênero, conforme documento da Antra (2020); realizou-se o mesmo com relação à cor, conforme o sistema classificatório adotado pelo IBGE (2011). Entende-se que classificá-las não significa delimitar as suas identidades de gênero, sendo um exercício teórico, acadêmico.

A edição da reportagem especial envia mensagens importantes. As penitenciárias são mostradas como locais de “inclusão”, em que as protagonistas estivessem lá, em situação melhor do que na sociedade. A realidade é escondida, negada pela edição. O ambiente em que as entrevistas ocorreram foi pensado, planejado. Por exemplo, Lolla em entrevista a Bianca DellaFancy revela que a cela em que conversou com Drauzio Varella não era a sua. O cenário produzido era mais bonito, colorido, organizado, bem diferente de sua realidade. A ideia transmitida é de “romantismo”, “otimismo”, para o público, e isso preocupa. Sabe-se que as penitenciárias apresentam superlotação, celas e instalações em péssimas condições (sujas, sem higiene, sem ventilação, sem iluminação). E o público não viu nada disso. Percebe-se a “maquiagem” realizada pela administração de cada presídio, ou pela produção do programa. Afinal, receber Drauzio Varella, médico conhecido no Brasil e fora, com uma grande equipe, câmeras, para gravar uma reportagem especial para a Rede Globo.

A reportagem retrata a história de travestis e mulheres trans, diferentes em seus conteúdos, mas iguais em seus contextos: o preconceito, o abandono, a violência, a solidão. Quatro vidas marcadas por violências, pela exclusão social que as limitaram à margem, ao lugar possível imaginado para travestis e transexuais. Quatro vidas que, independente da infração cometida, já haviam sido condenadas por serem quem são. Histórias de vida que, não entrarão para a História, que não estarão nos livros. Invisibilizadas, mais uma vez.

Entretanto, suas histórias de vida dizem muito sobre a sociedade brasileira, marcada por sombras de pré-concepção cisnormativa, transfóbica, enraizada em uma cultura desenvolvida nos pilares do machismo e do patriarcado. Uma sociedade agressiva à personificação do feminino. Travestis e trans são vítimas da violência, que insistentemente diz para que elas “sejam homens”, “virem ou voltem a ser homens”, para afirmar o “crime” que cometem ao recusar o grande prêmio: ser homem.

O preconceito foi o grande responsável pela realidade dessas travestis e mulheres trans, que já puderam vê-lo e senti-lo dentro do ambiente familiar. A busca de coagir pessoas a que sejam toleradas, afim de que sejam adequadas ao dito comum faz parte do nosso meio social. Esse sentimento, imaginado ou não, não deveria ser presente, quando a base de relações é o respeito. O não respeito às particularidades, à essência e, principalmente, à vida acaba gerando uma segregação, uma separação, sobre quem merece espaço social e quem não merece.

Essas travestis e mulheres trans, encontraram dificuldade para conseguir emprego, de se inserirem e ascenderem profissionalmente no mercado de trabalho. Possivelmente, não interessava aos empregadores suas qualificações, capacitações, mas sim quem estava candidatando-se à vaga. Jogadas à própria sorte, elas buscaram alternativas para (sobre)viverem, sendo a prostituição a forma encontrada de obtenção de renda. Entretanto, estar nas ruas é ter contato com a hostilidade humana, com o preconceito, com o medo, com a violência física, psicológica, mortal. Elas são sobreviventes das ruas, que tanto agriem e matam travestis e transexuais/transgêneros.

Condenadas jurídica e moralmente e vivendo em instituições prisionais masculinas (GOFFMAN, 1974; FOUCAULT, 1996), as protagonistas nos esfregam diante dos olhos o quanto a sociedade errou e ainda erra com elas e com tantas outras. São mulheres em prisões de homens, uma evidente situação inconstitucional (Art. 5º, XLVIII, da Constituição Federal

de 1988). Elas estão privadas de liberdade jurídica, por meio do cumprimento de pena por atos infracionais, porém estão livres dos olhares, das condenações morais que fazem parte do cotidiano de uma pessoa travesti e trans. Elas estão no “lugar imaginado” pela sociedade. E, nesse lugar, tornando-se vítimas do abandono, tanto parental quanto social. Entretanto, é dentro das unidades prisionais que as protagonistas levam suas vidas como deveriam viver em sociedade. É dentro dessas unidades que elas expressam quem são, que obtêm oportunidade de trabalhar, que recebem capacitação e remuneração. É uma oportunidade agarrada por elas com unhas e dentes, que significa a possibilidade de “(re)começar”, de tentar caminhar com os próprios pés, após o cumprimento da pena. Entretanto, nenhuma delas queria estar ali, certamente.

Das protagonistas, Thaís e Susy realizam trabalho interno nas penitenciárias, e Lolla realiza um curso profissionalizante. A Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984) dispõe que o trabalho do indivíduo preso, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa, produtiva (Art. 28) e profissional (Art. 34). O trabalho realizado internamente é remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo (Art. 29), com jornada de seis a oito horas diárias, com descanso nos domingos e feriados (Art. 33). Esse trabalho é uma forma de ressocialização do indivíduo preso, um instrumento de reintegração dele ao convívio social. A prisão como uma instituição disciplinadora, transformadora, de indivíduos (GOFFMAN, 1974; FOUCAULT, 1996). De fato, a passagem das protagonistas pela prisão constitui um ponto de inflexão em suas vidas (RIESSMAN, 2002; HUGHES, 2005).

A ressocialização é uma batalha enfrentada por ex-presidiários, independente da identidade de gênero, já que o julgamento moral da sociedade, que é extremamente punitivista, se opõe a uma nova oportunidade. Para as protagonistas da reportagem especial isso não será diferente – e Lolla já nos mostra isso. Quando recuperarem o seu direito ao recomeço, existirá um novo obstáculo que precisarão lidar: o estigma e o título de ex-presidiárias. São dois pesos que precisam carregar: o de serem quem são, de buscar o mínimo de dignidade para viverem como se identificam; e o do julgamento moral, do imaginário social, que insiste em associá-las com o “mundo” da criminalidade, da marginalidade, da prostituição, das drogas. É justamente neste ponto que situa-se uma das falas iniciais de Drauzio: “É uma pressão pra que a trans seja considerada marginal o tempo todo”.

Em algum momento a pena delas, o regime fechado, acabará. O que esperar do futuro? Estar do lado de fora da penitenciária representa um novo (re)começo de vida, uma nova chance de viver, liberdade de ser, de estar, de ir e vir. Mas também significa um novo encarceramento, com várias doses de abandono, com uma grande quantidade de preconceito, e com mais uma bagagem, a de ter passado por uma instituição prisional. Entretanto, elas recusam a possibilidade de viver suas vidas como coadjuvantes; pelo contrário, elas assumem o papel de sujeitos, com vontades e desejos próprios, de vencerem, de serem respeitadas.

Sabe-se que um estudo como este deixa questionamentos a serem respondidos. Há muito ainda para saber sobre a vida das protagonistas. Há muito também para saber sobre a população de pessoas travestis, transexuais e transgêneros, já que constituem categorias de análise amplamente ignoradas nas pesquisas acadêmicas existentes. Ainda, há muito também para se refletir sobre o funcionamento das penitenciárias brasileiras, com pavilhão exclusivo para a população LGBT+. Por isso, incentiva-se pesquisas futuras que complementem e ampliem a discussão iniciada neste estudo.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Pedro P. Sammarco. **Travestis envelhecem?** São Paulo: Annablume, 2013.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. 80 p. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BEAUREGARD, T. Alexandra et al. Listen carefully: transgender voices in the workplace. **The International Journal of Human Resource Management**, v. 29, n. 5, p. 857-884, 2016.

BELL, Myrtle P. et al. Voice, silence, and diversity in 21st century organizations: strategies for inclusion of gay, lesbian, bisexual, and transgender employees. **Human Resource Management**, v. 50, n. 1, p. 131-146, jan./fev., 2011.

BOTTI, Fabrizio; D'IPPOLITI, Carlo. Sex Work Among Trans People: Evidence From Southern Italy. **Feminist Economics**, v. 23, n. 3, p. 77-109, 2017.

BRASIL. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União. Seção 1, p. 10227. Brasília-DF, 1984.

BRASIL. **Resolução Conjunta n. 1, de 15 de abril de 2014**. Diário Oficial da União. Ano CLI, Seção 1, n. 74, p. 1-2, Brasília-DF, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRIERI, Alexandre de P.; SOUZA, Eloisio M. de; AGUIAR, Ana Rosa C. Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, art. 5, p. 78-95, jan./fev., 2014.

CASTRO, Bruna. **Carta escrita por Suzy**. Conta Oficial no Instagram @brunacastrocriminal. 09 de Mar. 2020. Disponível: <[https://www.instagram.com/p/B9hgDPLBAGY/?utm\\_source=ig\\_embed](https://www.instagram.com/p/B9hgDPLBAGY/?utm_source=ig_embed)>.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, art. 8, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul., 1991.

DELLAFANCY, Bianca. Lolla: Dentro e fora da cadeia – DellaMake. Canal Oficial Bianca DellaFancy. 22m:30s. <https://www.youtube.com/watch?v=XqcD1zGn7KI> Em 19 Mar 2020.

DEVÍS-DEVÍS, José et al. Harassment Patterns and Risk Profile in Spanish Trans Persons. **Journal of Homosexuality**, v. 64, n. 2, p. 239-255, 2017.

DISPENZA, Franco et al. Experience of career-related discrimination for female-to-male transgender persons: a qualitative study. **The Career Development Quarterly**, v. 60, n. 1, p. 65-81, 2012.

FANTÁSTICO. Mulheres trans presas enfrentam preconceito, abandono e violência. 13m38s. <https://globoplay.globo.com/v/8364420/> Exibição em 1 Mar 2020a

FANTÁSTICO. “Fiquei comovido e espontaneamente dei um abraço”, diz Dr. Drauzio sobre reportagem. 5m49s. <https://globoplay.globo.com/v/8373127/> Exibição em 4 Mar 2020b

FANTÁSTICO. Nota sobre a reportagem que mostrava mulheres trans em presídios brasileiros. 1m20s. <https://globoplay.globo.com/v/8383168/> Exibição em 8 Mar 2020c

FOLHA DE SÃO PAULO. Após ter seu caso revelado por Drauzio Varella, presa trans já recebeu 234 cartas. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/apos-ter-seu-caso-revelado-por-drauzio-varella-presa-trans-ja-recebeu-234-cartas.shtml>. 07 de Mar 2020. Atualizado 08 Mar de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HUGHES, E. C. Ciclos, pontos de inflexão e carreiras. **Teoria e Pesquisa**, São Carlos, v. 1, n. 46, p.163-173, 2005

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico: 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo**. 270 p. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeções da População: Brasil e Unidades da Federação. Série Relatórios Metodológicos**, v. 40. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LINANDER, I. et al. (Un)safe spaces, affective labour and perceived health among people with trans experiences living in Sweden. **Culture, Health & Sexuality**, v. 21, n. 8, p. 914-928, 2019.



LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Cap. 6, p. 137-155.

LOMBARDI, Emilia et al. Gender Violence: Transgender Experiences with Violence and Discrimination. **Journal of Homosexuality**, v. 42, n. 1, p. 89-101, 2001.

MCFADDEN, Ciarán. Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Careers and Human Resource Development: A Systematic Literature Review. **Human Resource Development Review**, v. 14, n. 2, 125-162, 2015.

MILLER, William et al. Sex work, discrimination, drug use and violence: a pattern for HIV risk among transgender sex workers compared to MSM sex workers and other MSM in Guatemala. **Global Public Health**, v. 15, n. 2, p. 262-274, 2019.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M. Experiences of transgender women/ transvestites with access to health services: progress, limits, and tensions. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, 2019.

PASSOS, A. G. da S. **LGBT nas prisões do Brasil: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção Global. Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT. Brasília-DF, 2020.

PIZZI, Rodolfo C.; PEREIRA, Camila Z.; RODRIGUES, Marcio S. Portas Entreatas: o mercado de trabalho sob a perspectiva de travestis e mulheres transexuais. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 320-352, jun., 2017.

POSSO, Jeanny L.; LA FURCIA, Ange. El fantasma de la puta-peluquera: Género, trabajo y estilistas trans en Cali y San Andrés Isla, Colombia. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 24, p. 172-214, dez., 2016.

RESADORI, A. H.; RIOS, R. R. Identidades de gênero e o debate étnico-racial no direito brasileiro: autodeclaração como técnica de proteção antidiscriminatória. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, Dossiê: Gênero e sexualidade, p. 10-25, jan./abr., 2018.

RICH, A. Compulsory heterosexuality and Lesbian Existence. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 5, n. 4, Women: Sex and Sexuality, p. 631-660, 1980.

RIESSMAN, C. K. Analysis of personal narratives. In: GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, J. A. **Handbook of Interview Research: Context & Method**. Sage: 2002. Cap. 33, p. 695-710.

ROCON, P. C. et al. Difficulties experienced by trans people in accessing the Unified Health System. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2517-2525, aug., 2016.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (SAP/SP). **Cartas para Suzy...** Conta Oficial no Twitter @sapsp. 02 de Mar. 2020 Disponível em: <<https://twitter.com/sapsp/status/1234603130068852737>>.

SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. **Cad. Pagu**, n. 28, p. 19-54, jan./jun., 2007.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). **Trans Murder Monitoring - TMM annual report 2016**. Berlin, Germany: TGEU, 2016.

VARELLA, Drauzio. **Nota de esclarecimento**. Conta Oficial no Instagram @sitedrauziovarella. 08 de Mar. 2020a. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B9fTdCWJtZL/?igshid=u4bwgmb7a6tu>>.

VARELLA, Drauzio. **Sobre a minha participação na matéria do Fantástico**. Canal Oficial Drauzio Varella. 2m:14s. <https://www.youtube.com/watch?v=68Ta3zyMk44> Exibição em 10 Mar 2020b.

WAITE, S. Should I Stay or Should I Go? Employment Discrimination and Workplace Harassment against Transgender and Other Minority Employees in Canada's Federal Public Service. **Journal of Homosexuality**, 2020.

<sup>i</sup> Para um melhor entendimento teórico sobre travestis, transexuais e transgêneros, ver Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil – ANTRA (2020).

<sup>ii</sup> Para uma melhor compreensão sobre a reflexão do “armário”, ver Sedgwick (2007).

<sup>iii</sup> Para a definição de instituições totais, ver Goffman (1974); e para a definição de instituições disciplinares, ver Foucault (1996).

<sup>iv</sup> A reportagem especial foi gravada ao longo de cinco meses, em quatro penitenciárias masculinas brasileiras. Duas delas no estado de São Paulo: no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros II, em São Paulo; e na José Parada Neto, em Guarulhos; e as outras duas no estado de Pernambuco: Igarassu, na Região Metropolitana do Recife; e Tacaimbó, próximo de Caruaru.

<sup>v</sup> Nome artístico de Felipe da Silva Souza, é uma drag queen, modelo, YouTuber, podcaster e DJ, mais conhecida pela sua atuação no seu canal “Tá Bom Pra Você?”, no YouTube, e no podcast “Santíssima Trindade das Perucas”.